

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CONSELHO DELIBERATIVO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RDS ILHA DO MORRO DO AMARAL**26/03/2013
13 Anos

A Presidência do Conselho Deliberativo **RDS** Ilha do Morro do Amaral, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC ([Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000](#)), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Ilha do Morro do Amaral por suas características naturais e culturais relevantes, foi recategorizada pela ([Lei 7.208, de 12 de abril de 2012](#)). O Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Ilha do Morro do Amaral criado por intermédio do ([Decreto Nº 20.321, de 26 de março de 2013](#)), e alterado pelo ([Decreto 52.044, de 11 de janeiro de 2023](#)), tem a função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno ([Decreto 53.960, de 21 de março de 2023](#)), e suas atualizações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), homologado pelo ([Decreto 60.322, de 10 de junho de 2024](#)). As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: sama.uac@joinville.sc.gov.br

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, realizada em 31/03/2026.

No trigésimo primeiro dia, do mês de março, do ano dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas e cinco minutos, superado o quórum regimental para início de suas atividades reuniu-se o Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, no Auditório da ETE Jarivatuba - Rua Rio Velho, S/N - Bairro Paranaguamirim, Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do Conselho Deliberativo da **RDS** Ilha do Morro do Amaral, mandato de 15/01/2025 à 14/01/2027, conforme [Decreto 63.226, de 14 de Novembro de 2024](#) e suas atualizações: Magda Cristina Villanueva Franco, Presidente do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral; Iracema Cândido, da APP; Dalton Pascuo, da SAMA; Jurandir Gonçalves, da AMUT; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Rosângela Moser, da SECULT.UTE; Alessandra Oechsler, da CAJ; João Carlos Ferreira de Melo Júnior, da UNIVILLE; e, Diogo Augusto Moreira, do COMAR. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes cujos nomes serão lançados nessa Ata juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Maurício Longo Kesting e Emanuele de Almeida, da SEHAB; Dirk Henning, da AMUT; Thais Christine Ferreira, da SECULT; Vanessa Feder, da CVJ; Isabel Liberato, da CHBB; Guilherme Miozzo da Cunha, e, José Augusto de Souza Neto, da SAMA. Na Sessão Plenária foram desenvolvidos os seguintes temas pautados na convocatória: **1) Aprovação da Ata do dia 27/01/2026; 2) Apresentação Entidades (CHBB); 3) Planejamento 2026 - SAMA.UGA; 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre - Regularização Fundiária, SEHAB. Pauta 1) Aprovação da Ata do dia 27/01/2026:** A Presidente do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, Magda Cristina Villanueva Franco questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações. Não ocorrendo manifestações ou demais contribuições foi colocada em votação a Ata da Reunião Plenária do dia 27/01/2026, sendo aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. Sem mais manifestações a Presidente Magda encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) Apresentação Entidades (CHBB):** A Presidente Magda convida Isabel Liberato, do CHBB para iniciar a apresentação desta pauta, a qual cumprimenta a todos e inicia sua exposição se apresentando como bióloga e educadora ambiental da Univille, apresentou o histórico e a atuação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica da Babitonga (CHBB). A palestrante esclareceu que a universidade atuou como entidade executiva do referido Comitê até o ano anterior e que, atualmente, mantém o vínculo por intermédio de um projeto de extensão universitária. Explicou que sua presença atendia a uma solicitação do Conselheiro José Mário, visando apresentar as atividades da entidade ao Conselho, ressaltando que, embora a denominação oficial seja extensa, a instituição é comumente identificada como Comitê Babitonga ou pela sigla CHBB. Colocou-se à disposição dos Conselheiros para eventuais esclarecimentos durante sua exposição.

Dando sequência à exposição, a palestrante abordou os fundamentos da gestão de recursos hídricos no Brasil, fundamentada na Lei nº 9.433 de 1997, popularmente denominada "Lei das Águas". Destacou que a legislação instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecendo marcos significativos como o planejamento por bacia hidrográfica, o que permite uma visão sistêmica e integrada do complexo hídrico, desde as nascentes até a foz, independentemente de divisas municipais ou estaduais. Ressaltou que a lei define a prioridade do uso da água para consumo humano e animal, especialmente em cenários de escassez, além de reconhecer os usos múltiplos do recurso, abrangendo os setores industrial, de saneamento, lazer, pesca e navegação. A bióloga enfatizou que a legislação promove uma gestão descentralizada e participativa por meio da criação dos comitês de bacia. Discorreu sobre a concepção da água como um bem de valor econômico, mencionando a previsão legal para a cobrança pelo uso do recurso bruto, diferenciando-a das tarifas de serviço cobradas por companhias de saneamento; sobre este ponto, observou que, embora tal prática já ocorra em outros estados, ainda não foi implementada em Santa Catarina. Isabel definiu o Comitê de Bacia Hidrográfica como um órgão colegiado composto por representantes do poder público, nos âmbitos federal e estadual, usuários de água e membros da sociedade civil, a exemplo de associações e universidades. Esclareceu que a natureza do comitê é consultiva e deliberativa, ressaltando o equívoco comum da sociedade em confundir-lo com um órgão fiscalizador. Sobre esse ponto, informou que denúncias recebidas pela entidade são devidamente encaminhadas aos órgãos competentes. Destacou, ainda, que as assembleias são abertas à participação pública, permitindo que qualquer cidadão apresente questionamentos. Enfatizou as atribuições normativas do comitê, mencionando a capacidade do colegiado de propor legislações voltadas à preservação dos recursos hídricos diante do cenário de crescente escassez. Apresentou o mapa das regiões hidrográficas de Santa Catarina, informando que o estado organizou sua gestão por meio de 16 comitês de bacia. Indicou que a área em questão está inserida na Região Hidrográfica 6, onde atua o Comitê Babitonga. Ao exibir o material visual, destacou a localização do estuário e sua extensão em relação ao continente, reforçando a área de abrangência e atuação da entidade na região. Detalhou a estrutura atual do Comitê Babitonga, informando que a diretoria é composta por membros voluntários, sendo presidida pela Doutora Virgínia Grace Barros (UDESC), com o senhor José Mário Gomes Ribeiro (ACIJ) na vice-presidência e a senhora Marta Beatriz Maccarini (IMA) como secretária executiva. No que tange à composição dos segmentos, explicou que o colegiado é formado por dez entidades de usuários da água, dez representantes da sociedade civil e cinco órgãos do governo federal e estadual. Esclareceu que o ingresso no comitê ocorre via edital público e eleição democrática, processo similar ao funcionamento do Conselho da RDS-MA. Sobre o último processo eleitoral, ocorrido em 2024, a bióloga relatou a necessidade de realizar uma busca ativa junto às instituições devido ao desconhecimento da sociedade sobre o papel e o poder de representação do comitê. Destacou, por fim, que o processo transcorreu de forma harmônica, citando casos em que, diante do excesso de candidatos para determinadas vagas, as próprias entidades dialogaram para definir a representatividade de cada segmento. No que se refere ao histórico da entidade, Isabel informou que a trajetória do Comitê Babitonga teve início em 1998, no âmbito da Agenda Municipal 21, quando as bacias hidrográficas passaram a ser consideradas unidades de gestão. Esclareceu que, originalmente, a organização geria apenas a bacia do Rio Cubatão do Norte, expandindo-se posteriormente para abranger também a bacia do Rio Cachoeira. A configuração atual, como Comitê Babitonga, foi consolidada por decreto em 2020, passando a englobar todas as bacias hidrográficas que desaguam na Baía da Babitonga. Essa mudança ampliou significativamente a área de atuação, que anteriormente se restringia a Joinville e Garuva, para incluir também os municípios de Itapoá, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul e Araquari. A bióloga ponderou que a vasta extensão territorial e o aumento das demandas por monitoramento e educação ambiental contrastam com a limitação das equipes de trabalho, mas assegurou que a entidade busca atuar em toda a região da melhor forma possível. Ressaltou o esforço realizado no último edital para descentralizar a representação do comitê, que historicamente era concentrada em Joinville, logrando êxito em atrair membros de todos os municípios da bacia. Detalhou as frentes de atuação do Comitê Babitonga, que abrangem planos de comunicação e capacitação por meio de redes sociais e materiais informativos, além do planejamento estratégico para definição de metas e objetivos. Informou sobre a realização de assembleias gerais ordinárias semestrais e extraordinárias conforme a demanda, além da instauração de câmaras técnicas para tratar de temas específicos, citando como exemplo recente a discussão sobre o incidente com ácido sulfônico na Serra Dona Francisca. Destacou a representatividade do comitê em órgãos como o COMDEMA, a própria RDS e o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA). A bióloga ressaltou a consolidada parceria com a Univille via projeto de extensão, que permite o monitoramento da qualidade e quantidade da água nas bacias desde 2015, gerando uma importante série histórica de dados. Mencionou a modernização do monitoramento climatológico com a aquisição de uma estação automatizada para fomentar pesquisas científicas. No âmbito da educação ambiental, relatou a realização de atividades em escolas, empresas e associações de moradores. Por fim, salientou o apoio acadêmico de professores e a recepção de estudantes de diversos níveis de graduação e pós-graduação para o desenvolvimento de pesquisas, encerrando sua fala com a distribuição de material informativo aos Conselheiros e colocando-se à disposição para questionamentos. O conselheiro Dalton, representante da SAMA, questionou se todos os seis municípios abrangidos pelo Comitê possuem representantes nomeados. Em resposta, o senhor José Mário esclareceu que todas as cidades contam com representação formal no colegiado, ressaltando, entretanto, que nem todos os representantes participam efetivamente das atividades e reuniões devido a dificuldades operacionais de cada localidade. Na sequência, o conselheiro Dirk questionou sobre a abertura do Canal do Linguado. O senhor José Mário esclareceu que tal demanda não compete diretamente às atribuições do Comitê, aproveitando a oportunidade para explicar a jurisdição dos recursos hídricos. Informou que os rios são de propriedade do Estado desde que suas nascentes e foz estejam contidas no território estadual; contudo, caso um curso d'água atravesse divisas, como um rio que nasce no Paraná e deságua em Santa Catarina, a jurisdição deixa de ser estadual e passa automaticamente para a esfera federal. Isabel informou que, no âmbito da Univille, foram desenvolvidos estudos acerca das possibilidades de abertura do Canal do Linguado. Ressaltou, ainda, que já existem

encaminhamentos técnicos sendo realizados sobre o tema dentro da instituição acadêmica. A Presidente do Conselho comentou sobre a existência de um documentário a respeito do Canal do Linguado, o qual foi apresentado durante o evento Junho Verde. Informou, ainda, que o referido material audiovisual encontra-se disponível para acesso público na plataforma YouTube. José Mário destacou que existem estudos técnicos sobre a abertura do Canal do Linguado há mais de duas décadas e que, embora surjam análises consistentes, a resolução da questão depende de uma decisão política na esfera federal, e não apenas de pareceres técnicos. Ressaltou que a abertura ocorrerá somente quando houver vontade política por parte das autoridades competentes com poder de decisão. Por fim, enfatizou a necessidade de uma mobilização conjunta entre os âmbitos municipal e estadual para sensibilizar o governo federal quanto à relevância do tema. Encerrando sua participação, Isabel agradeceu a atenção e indagou se haveria novos questionamentos, não havendo mais intervenções por parte dos presentes. A apresentação foi finalizada sob aplausos de todos participantes. Magda ressaltou a necessidade de fortalecer a educação ambiental, defendendo a construção de um programa específico para essa finalidade. Manifestou que a apresentação da representante da Univille trouxe clareza sobre possíveis parcerias para auxiliar nesse desenvolvimento, enfatizando que o trabalho deve priorizar as crianças e iniciar diretamente nas escolas da Ilha do Morro do Amaral. Por fim, informou que a SAMA deverá apresentar novidades acerca do plano de educação ambiental e espera estar com o decreto assinado até o evento Junho Verde do próximo ano. Sem mais manifestações a Presidente Magda encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Planejamento 2026 - SAMA.UGA:** A Presidente Magda retomou uma solicitação feita no final do ano anterior, questionando os Conselheiros sobre a "tarefa de casa" referente ao planejamento de 2026. Ela relembrou a importância de os membros apresentarem sugestões de temas, programas ou demandas específicas para serem deliberadas pelo Conselho. Magda ressaltou que essas ações estão sendo acompanhadas pelo Ministério Público e que o objetivo é coletar ideias que possam ser registradas e transformadas em pautas pertinentes à atuação do grupo ao longo do ano. Magda detalhou a programação para a próxima reunião, destacando que ela ocorrerá durante o Junho Verde, mês dedicado ao meio ambiente. Como já é tradição pelo terceiro ano consecutivo, será realizada uma reunião conjunta entre os quatro Conselhos que compõem a estrutura da SAMA: RDS-MA, CMSB, APA-SDF e COMDEMA. Para este ano, a proposta, reforçada pelo Secretário Fabio Jovita, é focar nas áreas protegidas de Joinville. Magda ressaltou que o município possui um patrimônio ambiental raro, contando com sete Unidades de Conservação, além de inúmeras Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas verdes. Enfatizou o papel histórico da legislação urbanística de Joinville, que desde a década de 70 protege os morros da cidade, evitando ocupações em encostas e, conseqüentemente, prevenindo as tragédias e problemáticas que outras cidades enfrentam atualmente. Magda propôs que a reunião conjunta dê visibilidade ao vasto patrimônio ambiental de Joinville, destacando que 35% do território municipal está dentro da APA Serra Dona Francisca. Ela celebrou as entregas realizadas desde 2021, como a aprovação do Plano de Manejo da RDS (Morro do Amaral) após anos de espera e a revisão da própria APA. Além disso, mencionou que os Planos de Manejo do Parque Morro do Finder, e do Morro do Iririu estão em fase avançada. A intenção é realizar uma mesa redonda para discutir esses ganhos e incluir temas sensíveis, como um estudo de geoprocessamento sobre os manguezais. Magda ressaltou que, no contexto das mudanças climáticas, os mangues desempenham um papel vital na prestação de serviços ecossistêmicos. Ficou pré-agendado que a terceira reunião do Conselho será absorvida por este evento do Junho Verde, provavelmente no dia 3 de junho (primeira quarta-feira do mês), seguindo o calendário do COMDEMA. Magda prosseguiu com o planejamento para a quarta reunião, prevista para agosto, centrada no Programa de Proteção e Manejo de Recursos Naturais. Ela explicou que este é um programa abrangente que engloba subprogramas voltados à proteção e ao manejo da flora, incluindo aspectos de fiscalização e monitoramento ambiental. Como ponto de destaque, a Presidente mencionou que a SAMA está articulando uma parceria com a Univille para desenvolver um projeto específico de arborização pública. A ideia é que a pesquisa acadêmica forneça subsídios técnicos para as ações da prefeitura, auxiliando inclusive nos novos projetos de arruamento apresentados pela SEHAB para a região. Magda ressaltou a importância de estudos científicos para a escolha de espécies arbóreas adequadas a regiões costeiras, reforçando que o planejamento deve ser pautado em levantamentos técnicos e pesquisas de campo para garantir a eficácia do manejo naquela área. Magda aproveitou para reforçar que a fiscalização ambiental deve ser compreendida como uma atividade contínua, sem uma data de encerramento, ponto que ela frequentemente destaca em seus ofícios ao Ministério Público. Para a reunião de agosto, ela pretende convidar representantes para detalhar o PMAI, um decreto que existe desde 2013, mas que estava sem aplicação prática e agora foi retomado com força total. O foco principal desse programa é a prevenção de ocupações irregulares por meio de um esforço conjunto entre diversas pastas, sendo capitaneado pela Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública (SEPROT). A Presidente ressaltou que o Morro do Amaral é uma das áreas prioritárias dentro desse mapeamento de regiões sensíveis que recebem o monitoramento e as ações de cooperação do PMAI. Magda concluiu sua explicação sobre a reunião de agosto informando que a SAMA pretende formalizar o convite à SEPROT para que a secretaria apresente o funcionamento detalhado do PMAI. Ela reforçou que esse programa é uma peça-chave no processo fiscalizatório e que a SAMA atua como parceira estratégica nessas ações de monitoramento. Além da apresentação do programa de prevenção a ocupações irregulares, a Presidente expressou sua expectativa de que o Conselho consiga avançar em outras pautas técnicas relacionadas à proteção e ao manejo da flora local, consolidando as diretrizes de cuidado ambiental para o restante do ano. Para a quinta reunião, agendada para o dia 6 de outubro, Magda explicou que os temas escolhidos seguem as prioridades estabelecidas pelo plano de manejo, garantindo que os programas previstos estejam em execução ou iniciados até o final de 2026. O foco central dessa sessão será o Programa de Proteção ao Patrimônio Cultural. A Presidente revelou que já acionou a Secretaria de Cultura em uma situação semelhante para o plano de manejo do Parque Caieiras, uma vez que a SAMA não possui expertise técnica específica nessa área. Ela antecipou que o Conselho deverá receber diretrizes e possivelmente subprogramas detalhando como lidar com os diversos patrimônios locais, como os sambaquis e outros bens naturais e históricos da região. Chegando ao encerramento do ano, Magda detalhou que a reunião de dezembro será dedicada ao Programa

de Uso Público. Este programa é considerado estratégico por tratar da infraestrutura e dos equipamentos necessários para as atividades de turismo na região. A Presidente explicou que essa pauta exigirá uma articulação entre diversas frentes: a Secretaria de Cultura (SECULT), a Secretaria de Habitação (SEHAB) e a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA). A expectativa é que, até dezembro, os projetos de infraestrutura — como as melhorias nas vias e a implementação do flutuante — já tenham avançado significativamente. Magda também demonstrou entusiasmo com o turismo de base comunitária, mencionando que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação lançou um edital recentemente sobre o tema. Ela deixou em aberto a possibilidade de convidar representantes dessas áreas para apresentarem novidades e atualizarem o Conselho sobre como essas estruturas irão fomentar a economia e o lazer de forma sustentável no Morro do Amaral. O Conselheiro Dirk interveio para detalhar a iniciativa mencionada por Magda, explicando tratar-se de um Social Lab voltado ao turismo de base comunitária. Ele informou que as inscrições para o projeto já foram encerradas e que a capacitação terá duração de quatro meses, abrangendo 20 negócios locais e envolvendo cerca de 100 pessoas. Dirk sugeriu que os responsáveis pelo laboratório sejam convidados para as reuniões de agosto ou outubro, visando apresentar o andamento dos trabalhos ao Conselho. Ele ressaltou que a participação do Conselho será fundamental para sanar dúvidas técnicas e jurídicas que possam surgir, como a viabilidade de determinadas atividades comerciais dentro da área protegida. O objetivo é que o Conselho atue como um facilitador, orientando o que pode ou não ser implementado nesses novos negócios para garantir que o desenvolvimento econômico esteja alinhado às normas ambientais. Magda concordou com a importância de o Conselho acompanhar de perto o desenvolvimento desses negócios, enfatizando a necessidade de planejamento antecipado. Ela citou o exemplo da Vigorelli para alertar que o processo não deve ocorrer de forma desordenada, garantindo que o "tesouro" do Morro do Amaral — sua identidade e tradição — seja preservado. O foco principal deve ser evitar que a comunidade perca suas características originais com o avanço do turismo e da infraestrutura. Como forma de aprofundar essa sensibilidade, a Presidente sugeriu que os Conselheiros assistam ao documentário "Os Amarais". Ela propôs que a exibição ocorra em uma data fora do calendário oficial de reuniões, permitindo um debate mais rico sobre as preocupações da comunidade em relação à perda de identidade e à importância de levar a educação ambiental e cultural para dentro do currículo escolar local. Ao finalizar, Magda abriu espaço para os Conselheiros, perguntando se alguém teria mais alguma proposta para o planejamento de 2026 antes de encerrar o tópico. Após tecer seus comentários finais, a Presidente Magda encerrou a pauta de planejamento reforçando que os canais do Conselho permanecem abertos. Ela incentivou os membros a continuarem refletindo sobre novas ideias e demandas mesmo fora do ambiente da reunião, destacando que a construção do cronograma é um processo participativo. Sem mais manifestações a Presidente Magda encerra esta pauta, passando para o próximo item.

Pauta 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre - Regularização Fundiária, SEHAB: A Presidente inicia esta pauta passando a palavra para a equipe da SEHAB, o qual, iniciou a fala o Sr. Maurício, Engenheiro Civil e Gerente de Engenharia e Obras da Secretaria de Habitação, apresentou-se ao participantes, acompanhado da Emanuelle, arquiteta responsável pela coordenação dos projetos. Informou que a exposição teria como foco a evolução do projeto urbanístico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Morro do Amaral. Após as saudações iniciais, passou a palavra para sua colega para dar início à apresentação técnica dos dados e etapas do planejamento para a região. A arquiteta Emanuelle explicou que a Secretaria de Habitação atua em um fluxo de doze etapas no processo de regularização fundiária, destacando que o foco atual se concentra em três fases principais. A primeira etapa consiste no projeto de regularização sustentável, visto que a área está inserida em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), sendo esta uma atribuição direta da pasta. A segunda etapa envolve os projetos de urbanização, que contam com o suporte técnico da AMUNESC para o planejamento de pavimentação, iluminação e drenagem de toda a ilha, a serem executados após a conclusão da regularização fundiária. Ressaltou que tais ações são de competência da Secretaria de Habitação em conjunto com a AMUNESC ou empresa contratada para este fim. A terceira etapa do processo, consiste na execução efetiva das obras de urbanização e na construção de habitações de interesse social. Esclareceu que a Secretaria realizará a edificação dessas unidades no Morro do Amaral para atender famílias que eventualmente precisem ser realocadas, seja por estarem em áreas de risco ou para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Plano de Manejo da reserva. Dando continuidade à apresentação, a arquiteta Emanuelle apresentou um panorama das atividades iniciadas no Morro do Amaral em agosto do ano anterior, destacando a expressiva participação da comunidade em reunião realizada na escola local para esclarecimentos sobre as etapas do projeto. Informou que os serviços de campo, fundamentais para a orientação dos moradores, incluíram o levantamento topográfico detalhado de lotes, edificações, postes e demais elementos de infraestrutura. Esse levantamento servirá como base tanto para o projeto de urbanização quanto para o processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB), permitindo a definição precisa das áreas. Acrescentou que a elaboração dos projetos de infraestrutura teve início neste ano e já se encontra em fase de finalização. A expectativa da Secretaria de Habitação é iniciar a fase preparatória da licitação para as obras logo após a entrega dos projetos executivos, com previsão de início das intervenções de urbanização local no máximo no próximo ano. Por fim, estimou que, mediante a disponibilidade de recursos e o cumprimento do cronograma estabelecido, a conclusão das obras de urbanização ocorra até o final de 2028. O engenheiro Maurício complementou a explicação informando que o projeto conta com recursos provenientes de um financiamento junto à Agência Francesa de Desenvolvimento. Ele ressaltou que a equipe tem desenvolvido diversas peças técnicas e participado de reuniões, tanto presenciais com representantes franceses quanto virtuais, para adequar o planejamento aos rigorosos parâmetros exigidos pelo banco para a liberação do crédito. A expectativa da Secretaria é que o contrato seja assinado ainda este ano. No entanto, o engenheiro destacou que a pasta já se antecipou ao cronograma, utilizando o levantamento topográfico concluído como base para o projeto urbanístico e para a elaboração dos projetos complementares de engenharia, que incluem iluminação pública, pavimentação e calçadas. Emanuelle complementou a explicação sobre o processo de REURB, destacando a atuação interdisciplinar da Secretaria. Além das peças técnicas de engenharia e dos projetos complementares, o processo contará com a participação direta da equipe de

assistentes sociais da habitação. Explicou que, após a conclusão do projeto e a devida validação pela Secretaria de Meio Ambiente, que inclui a análise do estudo ambiental, as assistentes sociais realizarão visitas domiciliares ("casa em casa") para coletar a documentação necessária e efetuar o cadastro formal dos moradores junto à Habitação. Ressaltou, por fim, que o projeto de REURB exige o cumprimento rigoroso dessas etapas sociais e técnicas para sua efetivação. Detalhou as ações em andamento, destacando a realização dos preparativos técnicos e administrativos, que incluem a elaboração de projetos e estudos específicos. Ela enfatizou que a Secretaria está desenvolvendo um modelo de Habitação de Interesse Social customizado para o Morro do Amaral, em vez de aplicar os projetos padrão utilizados no perímetro urbano. Essa abordagem diferenciada justifica-se pelas particularidades da comunidade de pescadores e pelas configurações familiares locais. O novo projeto visa atender às necessidades específicas dessas famílias, prevendo, inclusive, uma estrutura que permita a evolução e a ampliação futura das edificações pelos moradores. O Engenheiro Maurício explicou que o projeto de urbanização identificou a necessidade de reassentamento de algumas famílias. Os motivos incluem a localização de residências fora da zona populacional permitida pelo Plano de Manejo, bem como a ocupação de áreas de risco. Ele informou que está em curso um estudo geológico da região para mapear os pontos de instabilidade do solo. Diante desse cenário, a arquiteta da equipe está desenvolvendo projetos habitacionais específicos para garantir o reassentamento adequado dessas famílias dentro das normas de segurança e planejamento da reserva. Emanuelle destacou que todos os projetos estão sob rigorosa supervisão da Agência Francesa de Desenvolvimento, que qualifica tecnicamente as ações realizadas. Além do desenvolvimento dos projetos complementares de urbanização e edificação, ela pontuou etapas cruciais que ainda devem ser cumpridas, como o diálogo com o Patrimônio da União e a realização de novas audiências públicas ao longo do processo. A arquiteta também ressaltou que as obras, serviços e realocações exigirão medidas de compensação ambiental, conforme já mapeado e aprovado no Plano de Manejo de 2024. Por fim, informou que o trabalho não se encerra com a entrega dos títulos; após a conclusão da REURB, uma equipe de assistência social continuará prestando apoio e acompanhamento à população, tanto em relação às novas moradias quanto à regularização dos lotes. O Engenheiro detalhou a estratégia de reassentamento, enfatizando que a Secretaria não se limitará a ofertar unidades habitacionais prontas. Reconhecendo que o padrão construtivo limitado das casas populares pode não atender a todos, a proposta incluirá também a oferta de lotes urbanizados. Essa flexibilidade permitirá que as famílias escolham entre receber a edificação pronta ou um lote onde possam construir moradias maiores, conforme suas necessidades específicas. Maurício destacou que caberá à equipe social realizar o mapeamento dessas preferências junto a cada família, além de promover o monitoramento e o acompanhamento contínuo de todo o processo de transição. A conselheira Iracema questionou a equipe da Secretaria de Habitação se já existe uma estimativa ou um número definido de quantas famílias ou pessoas precisarão passar pelo processo de realocação dentro do Morro do Amaral. Maurício respondeu que os estudos sobre o quantitativo de famílias a serem realocadas ainda não foram finalizados. Ele explicou que essa definição depende da conclusão das análises geológicas e de outros levantamentos técnicos em andamento. Portanto, ressaltou que, no momento, a Secretaria ainda não possui a confirmação do número exato de pessoas afetadas, nem a identificação de quais famílias serão efetivamente transferidas. Iracema questionou se a região situada na parte baixa, próxima à Baía Babitonga, estaria sujeita a riscos. Maurício esclareceu que todas as áreas do Morro do Amaral estão passando por análise, pois os critérios para realocação envolvem diversos fatores: riscos geológicos, terrenos "encravados" (sem acesso direto à via pública) ou residências situadas fora dos limites permitidos pelo Plano de Manejo. Apesar da complexidade dessas situações, ele trouxe uma estimativa positiva sobre a região baixa mencionada por Iracema, afirmando que, segundo as análises preliminares, a grande maioria das residências, cerca de 90% a 95% das casas, deverá ser mantida em seus locais atuais. A conselheira Iracema demonstrou preocupação com rumores que circulam na comunidade, relatando que supostos funcionários da prefeitura estariam informando aos moradores sobre a saída confirmada de 52 casas. Ela questionou a veracidade dessa informação e a origem desses boatos que estão gerando insegurança no bairro. Maurício negou a veracidade da informação sobre o número fixo de 52 casas, classificando-a como inverídica. Ele admitiu que existe um número considerável de residências situadas fora da área populacional permitida, mas assegurou que as casas que possuem frente para a rua e estão em situação regular não sofrerão alterações. Reforçou que, como os estudos técnicos ainda não foram concluídos, a Secretaria não possui um número preciso para divulgar. Ele foi enfático ao afirmar que a ideia de que "toda a parte de baixo" teria que sair não existe e que qualquer declaração nesse sentido é uma informação falsa. A Presidente Magda interveio para reforçar a fala de Maurício, alertando os presentes e a comunidade sobre a importância de filtrar as fontes de informação. Ela recomendou cautela em relação a boatos, orientando que todos devem ter cuidado com a procedência das notícias que recebem para evitar a propagação de dados incorretos ou alarmistas sobre o projeto. Maurício ratificou o alerta da presidência, orientando os moradores a buscarem sempre as fontes oficiais da Secretaria de Habitação. Ele explicou que a circulação de informações fragmentadas e mal interpretadas acaba gerando boatos que não condizem com a realidade técnica do projeto. Ainda reiterou que, no momento, nada está concluído, mas garantiu que, em breve, todos os estudos estarão prontos para serem apresentados de forma clara e transparente à população do Morro do Amaral. Emanuelle reforçou as palavras de Maurício, enfatizando que todas as decisões e dados do projeto serão devidamente oficializados pela Secretaria. Emanuelle detalhou o progresso das atividades desde agosto, destacando o intenso trabalho realizado no levantamento topográfico e na definição da infraestrutura urbana dentro do projeto de REURB. Ela informou que o estudo ambiental já está em andamento, sendo conduzido por um engenheiro florestal da própria Secretaria de Habitação. Quanto ao levantamento social, a arquiteta explicou que a equipe já iniciou os contatos telefônicos com as famílias, utilizando a base de dados do Plano de Manejo para confirmar se os moradores e seus grupos familiares permanecem os mesmos. Por fim, reforçou que esse mapeamento é essencial para identificar, inclusive, a necessidade de realocação de famílias que se encontram em áreas de risco. Maurício reafirmou que todas as decisões da Secretaria são fundamentadas estritamente em dados técnicos. Ele citou como exemplo a realização de levantamentos topográficos,

georreferenciamento e estudos geológicos aprofundados. Para ilustrar o rigor técnico, ele mencionou que foram feitas sondagens de solo que atingiram até 30 metros de profundidade em determinados locais. Esse nível de detalhamento visa compreender o perfil exato do terreno, garantindo que as ações e intervenções no Morro do Amaral sejam seguras e corretas. O Conselheiro Dirk questionou se o levantamento social já está em fase de execução, buscando confirmar o status dessa etapa específica do processo de regularização e reassentamento. Emanuelle esclareceu que a equipe social está, no momento, realizando contatos telefônicos com base nos dados do Plano de Manejo, mas confirmou que haverá uma etapa de visitas presenciais em cada residência. Ela ressaltou que algumas famílias podem ainda não ter sido contatadas caso não tenham fornecido dados anteriormente ou não estivessem em casa no momento da abordagem. Além disso, destacou a forte articulação intersetorial entre as secretarias (SAP, SAMA, SEINFRA) e a UDESC para alinhar projetos como o de pavimentação. Emanuelle mencionou que já houve melhorias na comunicação e no acesso à ilha, citando o início da licitação para a ponte. O objetivo central, segundo ela, é promover uma revitalização completa, melhorando desde o acesso principal até a infraestrutura interna da ilha. Apresentou um balanço do esforço técnico dedicado à ilha, contabilizando 193 dias de trabalho investidos no projeto de REURB do Morro do Amaral até o momento. Ela destacou que, embora o cronograma não tenha sido sequencial, a equipe de Habitação e Manutenção está quase que integralmente dedicada a essa demanda, com foco na finalização do projeto urbanístico e na contratação dos projetos complementares. Sobre a configuração urbana, a arquiteta detalhou diretrizes importantes, onde não serão criadas novas ruas; o projeto respeitará as vias existentes, apenas criando acessos pontuais para edificações hoje isoladas. O trecho até a ponte receberá um tipo de pavimento, enquanto a parte interna da ilha seguirá o Plano de Manejo, utilizando pavimento permeável para respeitar as normas ambientais. A intenção é revitalizar as áreas de lazer e embarcações já existentes e criar um novo espaço de convivência em um local estratégico identificado pela equipe, sem gerar perdas significativas ao traçado atual. Emanuelle detalhou planos importantes para a infraestrutura de apoio à pesca e a democratização do espaço público na ilha. A equipe mapeou diversos galpões de embarcações que hoje são de uso restrito e a intenção é promover a demolição e a revitalização desses locais para que se tornem áreas públicas, garantindo que o benefício seja estendido a toda a comunidade e não apenas a famílias específicas. Além dessa abertura de espaços, está prevista a criação de um complexo de apoio ao pescador artesanal para estruturar melhor a atividade de todas as famílias que vivem da pesca na região. Outro ponto prioritário é a reforma da rampa de hidroembarcação já existente; a arquiteta explicou que a pavimentação será melhorada e a inclinação, que hoje é muito acentuada, será suavizada para que os pescadores consigam subir e descer com seus barcos de forma mais leve, segura e tranquila. Maurício explicou que a equipe pretende aproveitar o relevo e a inclinação natural do solo para criar áreas de contemplação que não haviam sido solicitadas originalmente. Ele exemplificou que, na parte superior da rampa de barcos, será instalada uma pequena praça com bancos para que as pessoas possam visualizar a Baía Babitonga. O Engenheiro pontuou que, diferentemente da Vigorelli, que possui uma orla aberta, o Morro do Amaral tem muitas casas próximas à água, o que dificulta o acesso visual ao mar. Por isso, a criação desses espaços estratégicos é fundamental para permitir que tanto moradores quanto visitantes desfrutem da beleza da baía. Emanuelle informou que o projeto prevê a criação de um parque em uma área sem edificações, respeitando a vegetação nativa e evitando a supressão de árvores. Além disso, destacou a intenção de construir uma Vila da Saúde na localidade. Sobre as etapas imediatas, ela anunciou que uma empresa iniciará, nos próximos dias, o estudo geotécnico em pontos específicos. Esses pontos incluem áreas já citadas no Plano de Manejo e outros novos mapeados pela equipe, com o objetivo técnico de confirmar se as residências próximas ao morro estão, de fato, em situação de risco ou se podem ser mantidas. O Conselheiro Dirk questionou o Eng. Maurício sobre um *slide* que aparentemente mostrava o passeio público sobrepondo seu lote, e noutro *slide* sobrepondo lotes de famílias nos quais ainda não existem edificações, ao que Maurício respondeu que é apenas um traçado preliminar, não havendo motivos para preocupações. Maurício também enfatizou que a prioridade absoluta da Secretaria é a segurança dos moradores, afirmando que não se pode tratar de forma genérica áreas onde existam riscos reais à vida. Ele explicou que os estudos técnicos que estão sendo iniciados, baseados nas sondagens de solo já realizadas, têm como objetivo principal tentar mitigar os problemas geológicos encontrados. O engenheiro deixou claro que o reassentamento será tratado como o último recurso: a equipe buscará soluções de engenharia para reduzir os riscos no local, mas, caso a segurança não possa ser garantida, a remoção das famílias será feita para não colocar nenhuma vida em perigo. Emanuelle reforçou que o foco do trabalho será sempre a redução de danos e riscos, tratando a realocação como a última alternativa possível. Ela explicou que a decisão entre realizar uma obra de contenção ou realocar uma família passa por uma análise de viabilidade: se o custo da contenção for excessivamente alto para os cofres públicos em comparação à construção de uma nova unidade, a prefeitura optará pela realocação. Contudo, a arquiteta trouxe uma perspectiva otimista, mencionando que, nas visitas preliminares, não foram identificados riscos visuais alarmantes. Ela observou que as famílias já ocupam a área há muito tempo, o que sugere que muitos desses riscos podem ser mitigados com soluções técnicas locais, sem a necessidade de retirar os moradores. Ao finalizar sua fala, ela ressaltou que essas são as ações planejadas para o futuro próximo e, juntamente com Maurício, agradeceu a atenção dos presentes, abrindo o espaço para que os Conselheiros tirassem suas dúvidas. Isabel solicitou um esclarecimento sobre o conceito da "Vila da Saúde" mencionada durante a apresentação, buscando entender o que de fato compõe essa estrutura e como ela funcionaria dentro do projeto para o Morro do Amaral. Maurício explicou que a Vila da Saúde é um modelo adotado pela Secretaria de Saúde que vai além de uma unidade básica tradicional. O conceito foca na promoção do bem-estar de forma integrada, incluindo estruturas como academias e playgrounds para estimular hábitos saudáveis na população. Ele esclareceu que, no atual projeto de urbanização, a Secretaria de Habitação apenas fará a destinação do terreno, cabendo à Secretaria de Saúde a construção em um segundo momento. Maurício destacou que esse modelo já é uma realidade em diversos bairros de Joinville, como Bom Retiro, Morro do Meio e Espinheiros, além de unidades em construção no Costa e Silva e Cubatão, totalizando cerca de 12 ou 13 vilas espalhadas pela cidade. Isabel agradeceu. A Presidente Magda encerrou a participação dos

representantes da Secretaria de Habitação com um agradecimento formal, gesto que foi acompanhado por uma salva de palmas dos presentes, sinalizando a aprovação e o encerramento daquela pauta específica. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, Magda Cristina Villanueva Franco declara encerrada a reunião às 17h30min, sendo extraída a presente Ata, e assinada pela Presidente do Conselho, após aprovação dos demais Conselheiros.

Magda Cristina Villanueva Franco

Presidente - Conselho Deliberativo RDS Ilha do Morro do Amaral

Iracema Cândido

Vice-Presidente

Guilherme Miozzo da Cunha

José Augusto de Souza Neto

Luiz Carlos da Silva Seixas

SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

****A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco, Gerente**, em 26/08/2026, às 15:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29674120** e o código CRC **B5BB8C99**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

26.0.016356-0

29674120v14